

volume

15

Dezembro / 2009
ISSN 1516-2095

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

*para casamentos, baptizava casamentos, bapti-
sados e baptizados. É o único depositário da
única Guarana Espumante
te e do excelente chocolate
Laeta, fabricados em
S. Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zo-
notta, Loureiro & Cia.
A Confeitaria Brasil
fazia docemente, em
Casa de primeira ordem
especialidades em doces
para casamentos, bapti-
sados e baptizados. É
única depositária da
única Guarana Espumante
te e do excelente chocolate
Laeta, fabricados em
S. Paulo pelos Srs. Zo-
notta, Loureiro & Cia.
A Confeitaria Brasil*





**Obra publicada pela
Universidade Federal de Pelotas**

Reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar
Gonçalves Borges
Vice-Reitor: Prof. Dr. Manoel Luiz
Brenner de Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Luiz Ernani
Gonçalves Ávila
Pró-Reitora de Graduação: Prof. Dra. Eliana Póvoas Brito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr.
Manoel de Souza Maia
Pró-Reitor Administrativo: Eng. Francisco Carlos Gomes
Luzzardi
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Ms.
Élio Paulo Zonta
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Admin. Roberta
Trierweiler
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Mario Renato Cardoso
Amaral
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Assistente Social
Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes
Gerência Operacional: Carlos Gilberto Costa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vitor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof.
Dr. Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera
Lucia Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Vice-Diretor: Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH:

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Elisabete Leal

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Técnicos Administrativos:

- Paulo Luiz Crizel Koschier

- Ivoni Fuentes Motta

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editora: Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2009

ISSN – 1516-2095

Tiragem: 300 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de
Ciências Humanas. Universidade Federal de
Pelotas. v.15, (dez. 2009). – Pelotas: Editora
da UFPel, 2009.
1v.

Atual
ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Engenho São Gonçalo,
posteriormente Frigorífico ANGLÓ (atual Reitoria da
UFPel) – Álbum de Pelotas de 1922.

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

e-mail: ndh@ufpel.edu.br

UMA MARGEM COLONIAL

TO COLONIAL MARGIN

José Antonio da Costa Fernandes¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a especificidade do processo de colonização dos territórios africanos colonizados por Portugal. Por intermédio de vários autores que se debruçam sobre este processo e também em razão das investigações desenvolvidas, destaco particularidades no colonialismo português do final do século XIX e de boa parte do século XX. A partir destes fatores identifica-se uma caracterização diferente para o caso do colonialismo português em comparação com as outras colonizações européias.

Palavras-chave: salazarismo, guerra colonial, colonialismo português, pós-colonialismo.

COLONIALISMOS

Este artigo trata da polêmica que envolve o modelo de colonização desenvolvido por Portugal na África desde o final do século XIX, mas prioritariamente no período posterior a Segunda Guerra Mundial, quando as colônias foram consideradas províncias ultramarinas e o processo de colonização tomou um rumo diferenciado. A circunstância assinalada permitiu um processo singular do modelo colonizador, em razão tanto dos acontecimentos posteriores ao ultimato inglês do final do século XIX, mas também, e principalmente, do transcorrer da colonização após a II Guerra Mundial, em virtude das independências africanas.

Desvendar de que forma ocorreu este processo significa resgatar a singularidade da História de Portugal bem como a dependência econômica das colônias, circunstância já assinalada por diversos autores como Oliveira Martins (1996, 1978), Antonio H. de Oliveira Marques (1997, 1998) e Manuel Villaverde Cabral (1979), entre outros.

A partir desta inquietação, a caracterização do império português deve levar em consideração sua especificidade histórica, pois a potência imperial que

¹ Pós-doutorando pela UNICAMP, Historiador e professor universitário (UNIFAI-SP), Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - CES-UC. Email: profcost@terra.com.br

surgiu no início do século XV declinará progressivamente no final do século XVI e ao longo do XVII, a ponto de ficar sob domínio espanhol de 1580 a 1640. Entre os séculos XVI e XVIII, Portugal viveu períodos econômicos baseados nos produtos de sua principal colônia - o Brasil, nos ciclos do açúcar e posteriormente no ouro das Minas Gerais. Já no século XX a ideia de ter colônias surgiu novamente como salvação do país e do regime, conseqüentemente as possessões africanas emergem como solução. No entanto, a definição de império colonial encontra questionadores, pois se considera que o império português foi muito mais um império mental do que propriamente real². Nesta esteira encontra-se o historiador Francisco Bethencourt ao afirmar que o regime colonial desenvolvido foi de um “Império que nunca existiu” (BETHENCOURT, 2005) ou ainda, que nunca houve cinco séculos de colonização, como afirma René Pélissier:

Porque, contrariamente a uma ideia latente no grande público, nunca houve cinco séculos de colonização em África ou em Timor (exceto em algumas ilhas ou zonas bem delimitadas). O essencial da presença portuguesa data do fim do século XIX e por vezes da I República (PÉLISSIER, 2005, p. 13)

Já a perspectiva esboçada por Perry Anderson (1966) procurava dar conta da especificidade do colonialismo português, mas ao mesmo tempo e principalmente compreender o colonialismo desenvolvido no período posterior à Segunda Guerra Mundial, pois houve a ampliação da presença portuguesa na África.

Mais recentemente autores como Boaventura de Sousa Santos procuram avaliar de que forma operou este colonialismo, sua especificidade³ e suas interlocuções com os acontecimentos da atualidade e a problematização dos nacionalismos e dos conflitos étnico-raciais envolvidos na discussão pós-colonial. A discussão colonial e pós-colonial está presente em autores como Edward Said (1978), Homi K. Bhabha (2005) e Walter Mignolo (2003), entre outros que procuram equacionar os problemas decorrentes dos diversos colonialismos e sua manutenção de formas diversas na atualidade.

² A compreensão de comunidade imaginada é um conceito de Benedict Anderson (1989), usado para designar relações de identidade possíveis, mas não necessariamente reais. Poderíamos também observar a compreensão de Hobsbawm (1994), que avalia a comunidade imaginada como um conceito possível para preencher o vácuo de emoções proporcionado pela inexistência de relações comunitárias reais.

³ A ideia presente em Boaventura de Sousa Santos (2008, p.228) tem como expectativa a hipótese de um “défice de colonização”, pois Portugal não efetivou uma colonização nos mesmos moldes que as outras potências européias.

A perspectiva traçada aqui procura elucidar este colonialismo português principalmente no período posterior a Segunda Guerra Mundial.

O “Império Colonial” e suas contradições

No término da colonização do Brasil, as colônias africanas surgiram para Portugal como elemento de unidade da nação enquanto elo de sustentabilidade econômica e mesmo de sobrevivência dos regimes políticos. Este processo teve início no Ultimato Inglês do final do século XIX, foi questionado pelas guerras de independência africanas e com a Revolução de 25 de Abril fechou-se o ciclo, que teve início com as navegações.

A independência Brasileira em 1822 fez com que Portugal perdesse o comércio Atlântico, enquanto acontecia uma profunda discussão acerca dos destinos de quem “ficaria” com Angola, face ao tráfico de negros, que era levado a cabo tanto por traficantes lusos como por luso-brasileiros. Esta circunstância é explorada por Luis Felipe de Alencastro (2000), que, ao analisar o comércio Atlântico, aponta que a hegemonia não era essencialmente portuguesa. Esta circunstância é um demonstrativo deste processo colonial e da especificidade do modelo imperial português, como afirma Edward Said (1993).

No transcorrer dos anos, após a independência brasileira, Portugal não se inclinou diretamente para as colônias africanas, dando início ao processo de ocupação do território somente no final do século, com a pressão da Inglaterra. Enquanto a nova fonte de recursos não era possibilitada pelas terras africanas, os empréstimos externos eram a fonte de manutenção de certo *status-quo* entre as elites portuguesas.

O Ultimato Inglês e seus desdobramentos posteriores, como a colonização na África, estavam vinculados a algumas condicionantes econômicas e políticas, e estava explícito no discurso hegemônico de que Portugal era um país Imperial, levado adiante pela maioria dos grupos políticos no poder.

Podemos considerar que no plano político e ideológico, a última década do século XIX foi singular no enquadramento da sociedade portuguesa, já que identificamos tanto de um lado como do outro os conflitos entre os mecanismos herdados do passado liberal e as novas tendências, autoritária e republicana, por ora separadas, mas que imprimirão a sua marca indelével nas décadas futuras, principalmente no período de regime autoritário de Salazar.

Portanto, há uma transição do colonialismo mercantil costeiro para o imperialismo colonial, possibilitado pelo surgimento de um grupo político-militar e desenhado pela influência dos administradores e oficiais do exército colonial. Dali para frente, este seria o grupo de oposição aos governos centrais enquanto permanecesse a aliança entre os republicanos metropolitanos de Lisboa e o grupo de “imperialistas coloniais”. Esta aliança possibilitou um espírito nacionalista pelo efeito do Ultimato e da oposição à Inglaterra, envolvendo todos os republicanos e outros da “classe política metropolitana”, desenvolvendo um Imperialismo de matiz popular (Cabral, 1979, p. 189). Este imperialismo, aliado a outros elementos, permitiu a manutenção do sistema colonial, mesmo após a independência da maior parte dos países da África, no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Esta aliança e seus desdobramentos até 1974 devem ser analisados enquanto mecanismo de manutenção da ordem republicana autoritária, tanto na análise do Ato Colonial (1933), que afirmava que Portugal tinha como patrimônio legítimo o direito às suas possessões ultramarinas na própria designação de colônias, ou seja, “... o direito histórico de Portugal à colonização”⁴, como também na análise do que posteriormente (1951) foi definido como províncias ultramarinas.

Ao mesmo tempo deve ser considerado que há correlações entre este imperialismo e o “imaginário imperial” desenvolvido posteriormente, pois ocorreu o aprofundamento da memória coletiva imperial vinculada a História de Portugal. Esta memória, segundo Bethencourt, estava entrelaçada ao passado colonial, desde o período em que o Brasil era colônia de Portugal, uma vez que a independência do Brasil trouxe o medo de perder as colônias da África, fazendo retornar o “fantasma” de Portugal não ser um país imperial e a colonização tornava-se necessária para a manutenção deste imaginário imperial (BETHENCOURT, 2000).

Segundo Margarida Ribeiro (2004, p. 30), os portugueses criaram uma imaginação de império e de país central por meio de “... fantasmas em fantasias e fantasias em fantasmas, fomos criando imagens para “imaginar o centro”. A perspectiva delineada pela autora insinua que há imagens que perpassam tempos, um “complexo de imagens”, um império de uma alteridade às avessas com fantasmas inaugurados em Torres de Belém, em caravelas, descobrimentos e missas, em mitos fundadores de uma identidade portuguesa constantemente reinaugurada, evidenciada na ideia do Império colonial.

⁴ “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é atribuída pelo Padroado do Oriente (artigo 2º)” (LEONARD, 2000, p. 17).

Ao mesmo tempo o processo de independência que ocorreu no período do pós-guerra e da guerra fria deve ser analisado avaliando a caracterização deste Império e do tipo de subordinação levada a efeito, até porque as contradições deste regime republicano autoritário e “fascista” estiveram interligadas ao modelo colonial implantado, que teve recorrência tanto na queda do regime como na conquista das independências das colônias africanas. Esta situação permite descortinar, no processo de libertação, outros elementos que ligam as contradições do regime ao processo colonial, pois divergia do que era apresentado oficialmente, visto que Portugal apresentou as possessões, oficialmente, como províncias ultramarinas. Desta forma é possível afirmar que o desenrolar do processo de libertação não tem vínculo apenas com a ideia de potência imperial apresentada oficialmente. Este processo ocorreu muito mais pelas contradições de sua presença tardia, até porque esta condição se desenvolveu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, e que, atravessadas pelas conferências da ONU pela descolonização, sinalizavam para um desfecho diverso do que pretendia o Estado português.

Esta circunstância, no transcorrer dos anos, permitiu ao regime salazarista realizar modificações no trato da questão “colonial” e possibilitou um maior enquadramento político e ideológico face às constantes críticas da ONU e aos parâmetros reconhecidos por esta instituição em relação à autonomia dos países e territórios. Assim, logo no transcorrer dos anos 1950 e 1960, o regime fascista conseguiu grande apoio popular ao incorporar um novo ingrediente hegemônico e regularizador na definição e atuação das colônias, por meio de três pilares básicos: a colonização branca portuguesa, a repressão e a ideologia dos brandos costumes (luso-tropicalismo) (LEONARD, 2000, p. 35).⁵

⁵ O luso-tropicalismo, no transcorrer dos anos 50, teve maior repercussão do que ocorreu nos anos 1940, e chegou a ser parte do processo ideológico do regime de estado português. Neste sentido, o livro de Omar Ribeiro Thomaz demonstra como as ideias de Gilberto Freyre encontraram ressonância em Portugal; os “ecos do Atlântico Sul”, oriundos do Brasil e da África, tiveram presença significativa na construção do imaginário e na oficialização do “ser português” enquanto ideologia de Estado e também enquanto mitologia de nação e de história, para além dos marcos geográficos da Europa. “*À moda dos mitos, o projeto colonial português do século XX passa a dizer respeito ao passado, ao presente e ao futuro de Portugal. Daí, talvez, possamos depreender seu sentido trágico que acabará por lançar africanos e portugueses em mais uma década de guerra*” (THOMAZ, 2002, p. 80).

Eduardo Lourenço (1999, p.13), ao diagnosticar este período e seus pilares, aponta a ausência de formulações críticas ao projeto, pois os portugueses “hibernavam”.

A ideia destes pilares, definida aqui como cultura política, permite uma melhor compreensão do processo de independências iniciado logo após o fim da Segunda Guerra, uma vez que, ao definir os possíveis elementos de ligação entre o tipo de colonização desenvolvido e o enquadramento colonial concreto, a expectativa a ser observada deve levar em conta comparações com as outras potências européias. Assim, foi possível observar uma colonização, talvez mais efetiva - mais imperialista - do que a colonização portuguesa, por parte dos outros países, como França e Inglaterra. Esta expectativa demonstra que o processo colonial português deve ser analisado por meio de um enquadramento histórico diferente, e ao mesmo tempo deve ser resgatada a especificidade da colonização portuguesa, tanto do período anterior “aos cinco séculos de colonização”, como do período posterior a Segunda Guerra Mundial. Será precisamente neste momento, pós-guerra, que ocorreu a efetivação de um modelo colonial mais expressivo, porém atravessado pelas contradições do momento histórico do mundo: guerra fria, descolonização e “renascimento africano” (SARAIVA, 1987). Compreender esta circunstância e os seus mitos, ou a ideia de hibernação, aludida por Lourenço, necessita de um itinerário histórico sobre Portugal do século XX e suas relações com as possessões africanas, pois o desfecho trágico da guerra colonial esteve vinculado ao estado e à ideologia salazarista.

Estado Novo, Salazarismo e guerra colonial

A República portuguesa salazarista, foi moldada num novo tipo de estado autoritário e personalista, represados em quarenta e oito anos de vida política. Logo após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, que acabou com a jovem República, o novo regime inaugurado em 1933 desvendou uma compreensão política que se autodenominou Estado Novo e depois Ditadura Nacional, compreendida entre os anos de 1926 a 1933, durando até 25 de Abril de 1974, marcada pelo poder pessoal de dois chefes de governo: primeiramente António de Oliveira Salazar, até 1968, e depois Marcello Caetano, nos últimos cinco anos e meio deste tipo de regime.

Salazar ascendeu à chefia do Governo em 1932; neste momento, outro tipo de Estado surgia e uma nova legalidade institucional para o país foi concretizada na aprovação de uma Constituição, por intermédio de plebiscito

nacional em 19 de Março de 1933; tinha início o regime de cunho fascista que dominou boa parte da história portuguesa no século XX.

O Ato Colonial surge desta Constituição e considerava que Portugal tinha como patrimônio legítimo o direito às suas possessões ultramarinas; ao designar suas possessões africanas como colônias, acabou por estabelecer um dos elementos centrais do novo regime, previsto no capítulo constitucional (das “Garantias”): “... o direito histórico de Portugal à colonização” (LEONARD, 2000, p. 17). O tempo deslocava-se, os cinco séculos anteriores apresentavam-se naquele momento e o imaginário imperial se estabelecia no ordenamento jurídico do País.

O novo regime era atípico, pois seu componente ideológico e a conquista do poder não se deram de imediato, seu formato foi moldado no transcorrer dos anos. Pode-se caracterizar que Salazar, com efeito, não emergiu como um ditador no sentido clássico do termo e não se configurou como um chefe autocrata desde o início, ou seja, ele não foi levado ao poder por um golpe, um “*putch*” como Hitler, Mussolini ou até mesmo Getúlio Vargas, em 1930. Salazar conquistou o poder de forma gradual e se configurou num movimento político que contava com o pragmatismo da liderança, permitindo a eliminação dos questionamentos da direita civil e militar (PINTO, 2005).

O culto ao chefe de matiz fascista existia, mas Salazar caracterizava-se como um chefe paternal, de proximidade com o povo, de “falas mansas”, porém com austeridade; sem posses e sem esposa, “casado com a Nação”; sem o ritualismo midiático dos seus compatriotas da Europa; sem o militarismo de Franco, Mussolini ou Hitler; aliado a uma ideologia católica fortemente associada ao regime, mas ao mesmo tempo separada por uma Concordata que concedia à Igreja diversos privilégios, diferenciando o regime salazarista do paganismo hitlerista⁶.

O regime manteve um tradicionalismo antiliberal, mesmo contando com a existência de uma Assembleia Nacional e de uma Câmara Corporativa, que representavam apenas os grupos apoiadores do regime e que estavam organizados na União Nacional (um antipartido). A censura política percorria todos os segmentos da sociedade. Contava também com uma estrutura de polícia política (PVDE, mais tarde PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado), que agia sobre todo o território nacional, nas colônias e mesmo em outros países, mas não atuou na repressão massiva. Era uma polícia política

⁶ “A imagem que Salazar cultivou foi a do Ditador reservado, puritano e provinciano, marca que perdurou até a sua morte.” (...). “Foi um ultraconservador no sentido mais literal do termo” (PINTO, 2005, p. 37).

que atuava seletivamente, sem agir enquanto grupo de assalto, como nas polícias fascistas de Mussolini e Hitler. Mantinha ainda um projeto nacionalista e colonial, que era a continuidade da política “imperial”, iniciado no final do século XIX e começo do século XX, que sustentava o manto do império sobre vários territórios dispersos no globo, “do Minho a Timor”; contudo diferenciava-se do expansionismo do Eixo, que ia em busca de novos territórios.⁷

A economia era monopolizada por alguns grupos que ficavam sob o “fato” (manto) salazarista e que eram os grandes privilegiados das transações econômicas, ao mesmo tempo estavam “fechados” ao exterior e às inovações que poderiam ocorrer deste processo.⁸ Se a economia era monopolizada por alguns grupos sob o véu do Estado Novo, no movimento sindical não era diferente, ou seja, os sindicatos estavam presos nas garras de um sistema corporativo que buscava harmonizar os conflitos entre o capital e o trabalho.

Se havia a condicionante dos militares como a “essência” do regime, não pode ser descartado a ideia, ainda mais forte, de uma ideologia ruralista; um tipo de ecologismo rural defensor de uma vida simples, uma sociedade provinciana, avessa ao individualismo e à indústria futurista, ou seja, bastava uma casa no campo (aldeia), plantações e crias para se viver feliz; uma política ideológica que mantinha a sociedade apagada, numa certa escuridão. Compreender o regime significa verificar que mesmo não havendo grandes agitações populares como ocorria com os outros regimes fascistas, a população estava organicamente vinculada a ele (PINTO, 2005).

⁷ A afirmação de António Souza Pinto (2005, p. 34) visualiza esta assertiva: “Este regime institucionalizado sob a direção de Salazar a partir da Ditadura Militar, foi admirado por largas franjas da direita radical europeia, sobretudo pelas de origem maurrasiana e tradicionalista católica, pelo facto das novas instituições do salazarismo exprimirem uma origem cultural muito semelhante. É nas origens ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento cultural, que se encontram as origens ideológicas do regime de Salazar”.

⁸ A possibilidade de ascensão do regime e de sua consolidação, este “regime fechado”, deve ser analisado para além dos fatores internos, o que implica observar as condicionantes da economia internacional. Neste sentido, a afirmação de Mário Murteira (2000, p. 105) é esclarecedora: “A política colonial do Estado Novo afirma-se nos anos trinta, nos termos que referimos a seguir, períodos de grande crise econômica mundial, o que além do mais se refletiu num relativo fechamento das economias nacionais sobre si mesmas com declínio da importância atribuída às relações econômicas internacionais”.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a cena internacional se modificou na perspectiva de acabar com as colônias, ou seja, a descolonização era um processo que se desenhava. No entanto, o colonialismo português seguiu em sentido oposto, com o Império Colonial destacado como elemento de unidade do regime, substituindo o corporativismo pelo colonialismo como essência do regime. No entanto, o Estado Novo Salazarista encontrava-se isolado, numa Europa francamente favorável à democratização e à reconstrução econômica.

O regime perdeu as características que lhe permitiam ficar fechado, desta forma se internacionalizou econômica e politicamente, iniciando uma nova composição da regulação social e estatal (MURTEIRA, 2000). O regime deu início a um planejamento que já decorria durante a guerra, preparando-se para certa abertura. Buscavam manter o regime mudando algumas de suas orientações, alterando o rótulo, mas não o conteúdo; ou seja, o sentido “barroco” experimentava novas feições, pois o reformismo apresentava-se de forma contraditória: para o regime, o momento era de administrar a situação, porém a eclosão das contradições deste barroco foi apresentada na sequência da guerra colonial, através da tragédia da guerra.

Nesta perspectiva, o regime começou a buscar certo hibridismo em sua essência, orquestrando uma nova orientação estabelecida em face da constante organização e ação dos oposicionistas (PINTO, 2005).

O regime procurava se afirmar como uma democracia orgânica, mas com um sistema ideologicamente hesitante e repressor no cotidiano da população, principalmente na sociedade civil que tentava sair da clandestinidade. Se a doutrina ideológica estava ligeiramente desnorтеada, a polícia política e a repressão pela força continuavam a ser determinantes. Se as condições geopolíticas eram desfavoráveis ao regime, impedindo a continuidade do fascismo corporativista salazarista, condenado a desaparecer enquanto doutrina oficial, as sementes do ruralismo, do colonialismo e do tradicionalismo já estavam sedimentadas no povo. A combinação destas sementes com o regime de força possibilitou o obscurantismo de uma sociedade civil que tentava se reerguer, o que manteve o regime até o eclodir da guerra colonial em 1961.

No transcorrer da década de 50, o estado salazarista mudou alguns de seus componentes, principalmente no tocante à questão colonial, que tornou-se o ponto nevrálgico tanto da manutenção do regime como do seu fim. Em Junho de 1951 ocorre a alteração constitucional no sentido da adequação às novas normas internacionais, principalmente em função das pressões da ONU, ocasionando o desaparecimento da autonomia formal do Ato Colonial e a sua

integração na Constituição portuguesa de 1933. Com isso, as colônias perderam essa designação, deixando de ser “colônias” para tornarem-se “províncias ultramarinas”; o “Império Colonial Português” passou a chamar-se “Ultramar português”; e a partir destas modificações constitucionais, o Ministério das Colônias passa a ter nova denominação: Ministério do Ultramar.⁹

A modificação no quadro da questão colonial também alterou o significado das migrações, levando o regime a incentivar a ida de portugueses como colonos para as “províncias ultramarinas”.

Ao longo destes anos, o regime ponderou as modificações no trato da questão “colonial” e possibilitou um maior enquadramento político e ideológico face às constantes críticas da ONU e dos parâmetros reconhecidos por esta instituição em relação à autonomia dos países e territórios. Ao mesmo tempo em que o regime criava mecanismos jurídicos para dar conta das pressões internacionais, organizava a população de portugueses e assimilados para fazer frente de forma paramilitar aos protestos e exigências dos nativos pela independência das colônias.¹⁰ As exigências de independência já ocorriam por quase toda a África, tendo como exemplo maior a luta pela independência da Argélia. Em 1955 teve início a Conferência de Bandung, formada pelos países não alinhados, cujo comunicado final considerava dever dos países ajudar os povos não independentes a ascender à soberania. No mesmo ano, em dezembro, Portugal foi admitido na Organização das Nações Unidas, juntamente com mais 14 países. Em 1956, em face da inclusão de Portugal na ONU, uma resolução passa a não mais admitir colônias ou territórios não autônomos.¹¹

⁹ No contexto da repressão e da organização da guerra, o regime salazarista criou a Direcção-geral dos Serviços do Ultramar dentro do Ministério do Exército. Em 1953, reprimiu manifestações em São Tomé e Príncipe, publicando no mesmo ano a Lei Orgânica do Ultramar; em 1954 aprovou o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, dividindo a população em três grupos: indígenas, assimilados e brancos. Em 1954, reorganizou a PIDE, com a criação do quadro para o Ultramar (LEONARD, 2000).

¹⁰ Exemplo desta situação foi o caso da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), em Leopoldville, dirigida por Holden Roberto.

¹¹ Desta forma, para se enquadrar juridicamente, o secretário-geral perguntou por meio de carta, como era norma corrente, se Portugal administrava territórios que entravam na categoria indicada no artigo 73º da Carta, ou seja, se possuíam colônias (Leonard, 2000). A resposta, afirmando que não possuíam territórios e estava de acordo com a carta das nações, manteve Portugal dentro da compreensão jurídica da nova Constituição e mesmo da ONU, e vislumbrou uma nova orientação para as

Ao mesmo tempo em que Portugal negava que possuía colônias, o movimento pela independência se organizava na luta pela libertação. Em setembro de 1956, há a fundação do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), em Bissau, dirigido por Amílcar Cabral, e depois, em dezembro do mesmo ano, a Fundação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em Luanda, chefiado por Mário de Andrade. Em março de 1957 ocorreu a Independência do Gana (antiga Costa do Ouro) e, em dezembro, os defensores da independência dos países e populações africanas realizaram a Conferência Afro-Asiática do Cairo, com representação de 35 países, proclamando o direito dos povos à autodeterminação, à soberania e à independência.

Estas determinações não se fizeram sem a própria concordância da ONU, em defesa da soberania dos países. Assim é que, após a Segunda Guerra Mundial, o conjunto de conferências, estudos e resoluções da ONU visualizavam uma nova concepção acerca dos povos, compreendendo-os como iguais, sem diferenciação possível do ponto de vista físico, caracterizando suas diferenças enquanto fenômeno histórico e social e posicionando-os enquanto grupos étnicos. O regime Salazarista em Portugal, mesmo com as modificações constitucionais de 1951, não modificou sua compreensão acerca da diferenciação racial e da superioridade de uma raça sobre a outra e caracterizava a necessidade da civilização das populações sob seu domínio. Mesmo que a orientação jurídica declinasse para outra vertente e o discurso ideológico se apropriasse de uma "... «vulgata» luso tropicalista inspirada em reflexões do sociólogo Gilberto Freyre" (LEONARD, 2000, p. 35), os contornos do regime ainda eram racistas. Em 1957, o darwinismo social do século XIX e início do século XX ainda era o discurso de Salazar:

Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relações às quais perfilhamos o dever de chamá-las à civilização – trabalho de formação humana a desempenhar humanamente. Que assim o entendemos e praticamos comprova-se o facto de não existir a teia de rancores ou de organizações subversivas que se apresentem a negar ou a aprestar a substituir a soberania portuguesa (PINTO, 2000, p.52).

Portugal teve resistências internas na movimentação internacional pela autonomia das colônias, mas resistiu ao processo de descolonização pós Segunda Guerra, embalado nas orientações ainda coloniais da Europa,

colônias: "No novo quadro jurídico assim definido, Portugal tornava-se uma nação pluricontinental, composta por províncias europeias e por províncias ultramarinas, uma nação que, por um artifício jurídico, não possuía então nem colônias, «nem territórios não autônomos», no sentido que a ONU os entendia" (LEONARD, 2000, p. 34).

particularmente da França e da Inglaterra, que detinham colônias e buscavam mantê-las. No outro lado estavam os EUA, adversários da colonização e desejosos da independência colonial na África, no contexto da Guerra Fria e da nova hegemonia mundial, atuando de forma mais intensa no Pós-Guerra. No final da Segunda Guerra Mundial e no transcorrer da década de 50, desenvolveu-se uma ideologia civilizadora que motivou o regime para as colônias.¹²

Em Dezembro de 1960, após aprovação da Resolução 1542 pela Assembléia Geral da ONU, conhecida como Declaração Anticolonialista, há o entendimento de que os territórios administrados por Portugal não eram autônomos. Como os movimentos pela independência dos territórios não haviam conseguido saídas pacíficas, mesmo com o apoio da ONU, a guerra era inevitável e seria prolongada¹³.

A guerra, para o regime, era inevitável, e os preparativos estavam também ligados à sua sobrevivência, vinculado à concepção de que Portugal era um país grande e era da essência “orgânica” portuguesa possuir colônias, como dizia sua carta constitucional. Assim, o desenvolvimento econômico proporcionado em grande parte pelas colônias permitiu que ela fosse prolongada de 1960 a 1974.

Mesmo que a guerra não tenha exaurido a economia portuguesa e tenha existido crescimento econômico do país, como citou Murteira, não houve distribuição da riqueza para a população, portanto a pobreza era ainda uma condição da sociedade portuguesa, principalmente nas regiões mais distantes das principais cidades do país, como o norte de Portugal e o Alentejo, ao sul.

A guerra colonial ampliou a emigração clandestina iniciada no governo Salazar e perdurou durante todo o regime, até sua derrocada na década de 70,

¹² No entanto, Mário Murteira (2000, p. 106) pondera que também os interesses econômicos estavam por detrás desta orientação: “Todavia, por força das tendências predominantes na envolvente externa, os objetivos explicitamente econômicos vêm a assumir crescente relevo na política colonial portuguesa e é significativo o facto de Angola ter tido o seu período dourado de crescimento econômico exatamente depois de ter sido desencadeada a luta pela libertação nacional nos anos sessenta”.

¹³ A Guerra colonial se desenvolveu entre três frentes diferentes no contexto regional da África: em Angola mais ao norte, em Moçambique ao sul e em Guiné Bissau e Cabo Verde na região mais central, próximo ao Atlântico. Foi uma Guerra duradoura que percorreu os anos de 1961 a 1974, porque o regime havia se preparado para uma grande luta de guerrilhas (PINTO, 2005), por meio das forças armadas e da reorganização da PIDE.

pois ele “facilitava” a saída das populações para garantir o ingresso de remessas e recursos destes imigrantes (BARRETO, 2005, p. 144). Mas ao mesmo tempo, como não queria demonstrar a impotência do sistema, que falhava ao deixar ir para o “estrangeiro” grande contingente de sua população, exigia considerável documentação para a autorização da emigração. Desta forma, a política de controle das saídas do país foi sempre ambígua, em função das constantes fugas da guerra e da pobreza.

“Império” e 25 de Abril

As mortes dos jovens, os relatos da guerra, as fugas para o estrangeiro e o contato com o outro, produziram um sentimento que ainda não existia, possibilitando a conscientização que trilhará o momento do despertar revolucionário para a derrubada do regime.

A guerra colonial iniciada em 1961 alterou o quadro do regime e das oposições, até porque o efetivo militar envolvia não apenas os jovens, mas toda a comunidade, uma vez que, por meio dos relatos da guerra, dos feridos e mortos, os horrores do conflito alastraram-se. O número de envolvidos no transcorrer da guerra dá mostras desta ebulição, protagonizando seu fim e a independência das colônias: “... 900.000 mobilizados, 10.000 mortos, 20.000 feridos e cerca de 140.000 afetados por graves distúrbios psíquicos, o chamado *stress* de guerra” (Revista Cruzeiro, 1996, In: LEONARD, 2000, p. 37). Assim, a guerra deixou uma grave ferida psico-social e representou um gasto da receita pública de 50% (BARRETO, 2005, p. 139).

Compreender o efetivo envolvido significa recuperar os efeitos da guerra na sociedade portuguesa e o tipo de regime instalado há décadas, pois ocorreu a ampliação da “severidade da ditadura” (BARRETO, 2005, p. 140). A guerra colonial tornou-se o elemento de permanência do regime e a manutenção da guerra por tanto tempo serviu como condição para sua manutenção.

Assim, o empenho militar ocorreu com o apoio de setores consideráveis da sociedade; o velho fantasma do império ressurgia num Portugal adormecido e o sentimento nacionalista de defender a “legitimidade” das possessões ultramarinas, como dizia a carta constitucional de 1951, tornou-se elemento da centralidade do salazarismo. Segundo Pinto (2005, p. 48) O futuro do regime transformou-se assim no futuro da guerra.

Desta forma, aglutinaram-se em torno desta bandeira não só o chefe da nação e seus seguidores mais próximos, mas os “republicanos ultramarinistas”,

a igreja católica e a população em geral, que estava desperta para a ideia de defesa do espaço ultramarino português. Assim, o Portugal Imperial ressurgiu como elemento de unidade dos portugueses, um Portugal uno e indivisível, do Minho ao Timor.¹⁴ Os treze longos anos de guerra ocorrem em três frentes diferentes, acrescentando-se a isso outras que mobilizaram todos os portugueses, pois a guerra psicológica envolveu toda a sociedade, fosse ingressando nela, fugindo, chorando ou resistindo.

O “25 de Abril” foi o corolário de alguns fatores que determinaram o fim do regime autoritário que percorreu boa parte da história portuguesa, como a guerra colonial, a crise econômica internacional no início da década de 70 e o processo de oposição interna. A crise de 1973 foi paradigmática do caos que se abateu sobre Portugal. Porém, isto não significava considerar que Portugal detinha um modelo fordista de produção, e sim que estava inserido no processo mundial do capitalismo como país periférico, com suas relações econômicas privilegiadas com os países centrais (SANTOS, 1993, p. 25), sendo, portanto um país dependente destas economias.

Compreender o fim do regime para além da esfera econômica significa considerar que ele contava com contestações, e, se não eram de toda a população de forma organizada, encontrava os expoentes deste questionamento nas manifestações estudantis na cidade de Coimbra, em 1969, dentre outras manifestações conhecidas por “primavera marcelista” (PINTO, 2005). Ao mesmo tempo, era intensa a atividade do Partido Comunista Português, que fazia uma luta na clandestinidade contra o regime, perdendo muitos dos seus integrantes no transcorrer do regime fascista. Mas, inegavelmente, foram os militares que tomaram o destino do regime em suas mãos.

No transcorrer do processo de descolonização que se seguiu ao fim da guerra colonial, além do quadro político que se alterou precisamente no transcorrer dos anos de 1974 e 1975, com o Processo Revolucionário em Curso (PREC), posteriormente com a eleição da Assembleia Constituinte e com a proclamação da nova constituição, temos um novo panorama econômico e social, que alterou Portugal.

Ao término da guerra Portugal retoma seu drama enquanto uma potência Imperial, porque talvez nunca o tenha sido, foi apenas um fantasma¹⁵,

¹⁴ As manifestações públicas contra a embaixada americana na administração Kennedy (1961-1962), que se contrapunha à colonização de Portugal na África, são um exemplo do apoio das populações ao Portugal ultramarino (PINTO, 2000, p. 53).

¹⁵ A ideia de fantasma está presente em diversos artigos, sendo retratada no livro

e retorna aos limites territoriais da Idade Média, entrando num processo de identificação de longo tempo.

Um pós-colonialismo situado: uma margem colonial

Analisar o processo colonial português considerando-o em perspectiva pós-colonial, situado em uma margem, ou seja, nas fronteiras das outras colonizações significa compreender as relações entre um e outro. Assim, o processo revolucionário na África e em Portugal são partes de um jogo de espelhos em que a pintura a ser ofertada foi o palco da guerra, mas também o reconhecimento deste jogo de representações. A derrocada do regime fascista iniciou-se a partir do contato com o outro: a África. Este caleidoscópio de sujeitos sociais, aliado aos problemas internos em Portugal, permitiu a criação de uma referência ideológica pelo fim da guerra, principalmente entre os militares que iniciam um processo de organização que vai se consolidar no MFA (Movimento das Forças Armadas).

No início, a intenção ainda não era expressa nestes termos: fim do regime e fim da guerra, ou seja, não era pensada numa temática política rigorosa. Porém, se fazia presente enquanto mecanismo de fundamentação, pois a liberdade de um estava vinculada à liberdade do outro, presente de forma eloqüente na poesia “Camarada inimigo”, de Mutimati Barnabé João. A emancipação de um povo está vinculada ao término da submissão ao estatuto colonial do outro. Portanto, uns e outros são ao mesmo tempo camaradas e inimigos. Esta justaposição é a própria representação da emancipação dos povos, em particular neste estudo do povo português e do desmoronar de um discurso colonial que não era em essência da totalidade da população portuguesa. Desta forma, é possível caracterizar que o movimento iniciado pelos militares por meio do MFA foi a manifestação pela qual o povo detinha a consciência de que o regime fascista e o colonialismo constituíam os dois pilares da mesma ideia, e a queda do regime era o fim da guerra. A constatação desta circunstância permitiu o apoio popular na derrubada do governo.

Este quadro permite descortinar um processo colonial que se modificou ao longo do tempo, principalmente no período do pós-guerra; no entanto, em sua totalidade podemos afirmar não só que se diferencia das outras potências por sua política, mas principalmente pela ausência de um colonialismo mais empenhado, “puritano”, como afirmava Sérgio Buarque de

organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (2003): “Fantasmas e Fantasias no Imaginário Português Contemporâneo”.

Holanda (1981, p. 18); ou seja, há aqui uma margem colonial. Um colonialismo mais próximo da ideia da aventura e não do trabalho, como sugere o mesmo autor. Ou ainda a postura colonial dos portugueses estava mais próxima da “miscibilidade” (sic), pois, para atingir tantos espaços no globo definiu-se na definição do ser português (FREYRE, 1938, p. 7).

Uma concepção mais recente, que não inviabiliza as anteriores de Freyre e Holanda, é desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, ao referenciar uma postura colonial deficitária, gerada por diversos fatores, mas principalmente pelo olhar do outro, que não considera o português como um europeu, seja na cor da pele ou nos costumes. “A miscigenação originária, na forma de significantes racistas inscritos na cor da pele, mas também na compleição física e mesmo nos costumes, perseguiu os portugueses para onde quer que fossem” (SANTOS, 2008, p. 264). Assim, ante a impossibilidade de cumprir boa parte de seus objetivos coloniais, como se fazia crer enquanto uma potência imperial, Portugal declina para uma margem, uma fronteira: um barroco imperial. O Império colonial, pela similaridade com seus congêneres europeus deu-se pela inversão de papéis, pois o Portugal europeu estabeleceu-se muito mais pela geografia do que pela política. O próprio desfecho da guerra, em uma revolução interna dá a devida proporção da contradição deste “Império colonial” que se identifica na própria ideia do ser europeu, mas que procurou sempre ser atlântico.

“Quero ser europeu: quero ser europeu. Num canto qualquer de Portugal” (SANTOS, 2003, p. 58). A afirmação de Afonso Duarte recuperada por Boaventura de Sousa Santos dá-nos uma mostra da dimensão deste colonialismo e da concepção política de periferia do sistema, ou ainda em outros termos, uma modernidade tardia “criada pelas independências africanas” (MARGARIDO, 2000, p. 6). Estes “laços cortados” impediram a continuidade de um “império que nunca existiu”. No entanto neste momento, há um Portugal europeu que toma corpo e suas proximidades com o Atlântico Sul está adentrando seu território; os vínculos com o Atlântico estão agora no próprio território, no espaço do próspero¹⁶, em razão das constantes migrações de brasileiros e africanos para Portugal e também do ingresso de Portugal na União Européia. O país está em processo de encontro e de

¹⁶ A ideia de Próspero encontra eco na avaliação desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, quando o autor argumenta que o colonialismo português não tinha as condições de desenvolver o mesmo tipo de colonização como as outras potências européias, assim ele se apresenta como um próspero calibanizado. O autor recupera a obra de Shakespeare *A tempestade*, para analisar a colonização e o pós-colonialismo português.

autodefinição no espaço do “próspero europeu” (SANTOS, 2002(b)), pois seu ingresso na União Europeia deu-se pela negativa dos valores portugueses como afirma António Barreto ou Boaventura de Sousa Santos. Ocorreu na atualidade como no passado, um ingresso na Europa de modo contrário, tornando os portugueses “europeus às avessas”, vendo-se num espelho que olha a Europa do Sul, num olhar do Atlântico.¹⁷

Assim, a ideia de uma postura imperial, de um “Império Colonial”, e na atualidade um Portugal europeu deve ser avaliado por meio da ideia de uma margem; que envolve uma fronteira entre colonizador e colonizado, entre centro e periferia; uma zona cinzenta, híbrida que permitiu e permite realizar diálogos mais ricos na compreensão e aproximação deste Atlântico envolvendo África, Brasil e Portugal.

Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BETHENCOURT, Francisco. A memória da expansão. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000, p. 345-387.
- _____. Seminário: *O Império Português nunca existiu*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 27/05/2005. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/agenda/maio.php> (acesso em 20/06/2005).
- BARRETO, António. Mudança social em Portugal: 1960-2000. In: Pinto, António Costa. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

¹⁷ A afirmação de Santos (2003, p. 73) dá uma mostra deste significado: “Neste contexto é, sobretudo importante que o Mercado Único de 1992 não seja a versão de fim de século do *Ultimatum* inglês de 1890. Um auto-ultimatum. Mais uma descoberta de Portugal, pela negativa”.

CABRAL, Manuel Villaverde. Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

CABRAL, Amílcar. *Textos Políticos*. Porto: Afrontamento, 1974.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1938.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 3.ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Nações e Nacionalismo – desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 14ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

LÉONARD, Yves. O império colonial Salazarista. In: *História da Expansão Portuguesa*. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000, p. 25-48.

_____. O Ultramar Português. In: *História da Expansão Portuguesa*. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000, p. 152-198.

MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias, 2000.

MARQUES, Antonio H. de Oliveira. *Guia da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MARQUES, Antonio H. de Oliveira. *História de Portugal*. 13.ª ed., 3 vol., Lisboa: Editorial Presença, 1997-98. (1.ª ed. 1972-74).

MARQUES, Antonio H. de Oliveira; ROLLO, Fernando de. Surto industrial. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, Antonio H. de Oliveira (orgs.). *Nova História de Portugal*. Vol. XI - Portugal da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MARTINS, Oliveira J. P. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, s.d.

_____. *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Guimarães editores, 1996.

- _____. *O Brasil e as colónias portuguesas*. Lisboa: Guimarães editores, 1978.
- MULTIMATI, Barnabé João. Camarada inimigo. In: MELO, João (org.). *Os anos da Guerra 1961-1975, Os portugueses em África – Crónica, Ficção e História*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- MURTEIRA, Mário. A economia colonial. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Último Império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos Globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2003.
- PÉLISSIER, René. Brandos costumes na colonização? Isso é delírio! In: *Revista Actual*, Expresso, nº 1698, 14 de maio de 2005, p. 12-26.
- _____. *Les Campagnes Coloniales du Portugal (1844-1941)*. Paris: Pygmalion, 2004.
- PINTO, António Costa. Portugal e a resistência à descolonização. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000, p. 303 – 326.
- _____. (Coord.). *Portugal contemporâneo (introdução)*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, FERREIRA, Ana Paula (orgs.). *Fantasma e Fantasias no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.
- SAID, Edward W. *Orientalism*. London: Routledge and Keegan Paul, 1978
- _____. *Culture and Imperialism*. London: Vintage, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo, Inter-identidades. In: RAMALHO, M. I.; SOUSA RIBEIRO, A. (Eds). *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos de Identidade*. Porto: Afrontamento, 2002 (b)

_____. Modernidade, Identidade e a cultura da fronteira. In: *Descobrimentos e Encobrimentos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 38. Coimbra: Dezembro de 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Formação da África contemporânea*. São Paulo: Atual, 1987.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faperj, 2002.

_____. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: 'raça' e 'nação' nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

Abstract: The present article has the objective analysis this specified in the colonization process Africans for Portugal. Researchining the opinion of authors the process and either reasoning the in research this studies detach emphasizing characteristic the colonialism Portuguese the centuries XIX and XX. Starting from the analysis of the factors recognizable this differentialided characterization the off for case Portuguese colonialism this is absence colonization and comparative outers European colonoliaties.

Key-words: Salazarism, colonial war, colonialism Portuguese, post-colonialism.

José Antonio da Costa Fernandes
e-mail: profcost@terra.com.br

Artigo recebido em abril de 2009
Aprovado em julho de 2009